

# Os banqueiros e a Republica

Não ha muito tempo soffria a massa anonima da Nação as torturas angustiantes das maiores miserias.

A par das misérias do Povo, estadiavam-se, insultantes, as espaventosas riquezas de uma minoria impando de goso, egoista e despreocupada, não cuidando de outra cousa que não fosse o divertir-se e insultar a Republica e seus governantes.

O Estado era, na boca deles, uma alcateia de gatunos, lobos vorazes arruinando a Nação. E, quando os governos, a braços com pavorosa crise, lhes pediam um pouco dos lucros para ocorrer ás necessidades colectivas, gritavam alto não querer pagar enquanto o Estado melhor se não administrasse.

Entretanto, sem se preocuparem com o prejuizo que causavam á economia nacional, com a inconsciencia completa de que estavam cavando a propria ruina, lançavam-se na especulação criminosa, jogavam na alta e viviam a louca vida de uma embriaguês tragica de notas, muitas notas... sem valor.

O Estado não existia senão para o insulto; o Estado não existia senão para o roubo; o Estado não existia senão para seu escarneo!

Havia quem morresse de fome — que importava?

Impavam eles de fartos.

A economia nacional afundava-se na ruina; — que importava?

Viviam eles regalados e de burras cheias.

O Estado mal pagava para comer aos seus funcionarios e a colectividade era mal servida; para que se preocuparem? Pagavam eles caro ás suas amantes!

Sim, nada lhes importava!

Contudo viviam roubando! Viviam malbaratando os dinheiros dos depositantes! Viviam, divertiam se, gosavam á custa da mais tremenda, da mais criminosa das *vigarices* a que tinham arrastado os seus clientes incautos, que as magras economias lhes haviam entregado julgando-as seguras e em mãos honradas.

Era a epoca das vacas gordas...

\*

\*

Chegou agora a epoca das vacas magras. A ruina ameaça os banqueiros; as empresas sem futuro onde tinham colocado dinheiro que lhes não pertencia sem se rodearem de seguras garantias, faliram; o escudo, mercê da boa administração de alguns governos da Republica, valorizou-se; estão agora acordando da embriaguês, calaram se já os insultos ao Estado; gritam já evocando a ruina da economia nacional e imploram a quem ontem insultavam, imploram à Republica e ao seu governo que os salve com o seu dinheiro!

Farçantes! Miseraveis farçantes, culpados de tanta dôr e tanto luto; de tanto crime e de tanta prisão!

Esses homens que arrastaram, mercê dos seus roubos e da sua desonesta administração, tanto pequeno comerciante e pequeno industrial á ruina; esses homens monarchicos na sua maioria, amigos furiosos da *ordem* quasi todos, lançaram—agora que se descobriram as falcatruas—milhares de operarios que exploravam para o *chomage* com todas as suas ameaçadoras consequencias!

Essa malta que, na prosperidade roubou e fez soffrer, tem mercê da maneira de ser desta sociedade, a sua sorte tão extranhamente ligada á do Povo que explora, que o arrasta consigo na desgraça não lhe dando um migalha quando prospéra!

E porque, na verdade, a completa ruina dessas casas acarreta o desaparecer do pão a muitos milhares de familias, o Estado vai salva-los.

Não protestamos contra os auxilios dispensados, mas perguntamos *se não terá chegado a hora de meter esses gatunos na cadeia?*

*Perguntamos, se não será este o momento de mandar até á Penitenciaria esses administradores de bancos falidos?*

*Perguntamos se estão dispostos a deixar o pequeno commercio, a pequena industria o destino de milhares de pessoas, á mercê dessa «legião dourada» que, por detraz dos «guichets» de*

*certos bancos, banquetas e banquetas, executam o gesto rápido de extorquir com sorrisos o dinheiro da carteira dos incautos que se lhes aproximam?*

*Perguntamos se estão resolvidos, passada a sua maré, ouvir de novo os insultos e as calúnias bolsadas por «meneurs» de inconjessaveis intentos do alto das tribunas das assembleias das «forças vivas»?*

*Perguntamos se continua parado o processo do Banco Industrial?*

*Perguntamos, sim perguntamos ao governo e ao Povo, se Portugal pode continuar a ser a caverna do caco onde esses cavalheiros medrem ao som dos insultos que nos dirigem e das calúnias que bolsam!?*

Vai o Estado emprestar o dinheiro da Nação a quem roubou e, quando não roubou, malbaratou outros dinheiros?

Que garantias podem eles dar? Não! Socorra-se a banca, mas prendam-se os banqueiros—os banqueiros gatunos, bem entendido.

Quem se salvará? Não o sabemos. Julgamos, porém que poucos, mas esses serão, por certo, suficientes para as necessidades da Nação. Os outros, os outros são os banqueiros milicianos...

# Uma carta misteriosa

Um inquerito que nos aconselham e que nós vamos fazer . . .

Quasi á hora em que mal tinhamos espaço para novas prosas, chegou á nossa mão a carta que a seguir publicamos.

Interessante e grave pelas revelações que deixa entever, ela despertou em nós o desejo de, daqui dizer ao nosso misterioso informador, que, de bom grado, publicaremos todos os informes que possua para completa elucidação das gentes.

Aos nossos leitores afirmamos que, se o misterioso correspondente aceder ao nosso pedido, nada será publicado sem previo e necessario *contrôle*. O que sair nas colunas de *A Choldra* a tal respeito será, pois, a expressão exacta da verdade. Aguardemos e contememo-nos, por agora, com a sibilina carta:

Sr. Director de *A Choldra*: — O seu jornal caminha e triunfa. Felicito-o.

A capa do ultimo numero não é apenas uma *trouville* grafica feliz. Constitue um libelo politico tremendo, como outras que V. pode e deve fazer. Ha mais alguns palacios a reproduzir. Construidos e em construção. Em Lisboa e fóra dela.

E quanto ao segundo termo de comparação não faltam tócas como a do velho de Marvila.

Os acusadores dos politicos presos em Campolide teem tido tambem muitas falhas na sua campanha.

Não reproduziram os palacios que eles compraram com o dinheiro falso da Waterlow. Não reproduziram os cheques com que eles levantaram esse dinheiro. Nem ao menos fizeram o confronto dos seus ganhos volumosos no Angola e Metropole com os magros ganhos dos directores dos bancos que justamente acusaram os protectores dos falsarios ou sequer dos directores

dos jornais que pedem o seu exemplar castigo! Nada. Pois não deixaria ao certo de ter interesse o quadro comparativo:

O sr. Trindade Coelho em confronto de ganhos com Pinto de Lima!

Os vencimentos mensais do sr. João Ulrich comparados com os haveres totais do sr. Carneiro Franco; os lucros anuais do sr. Pereira da Rosa em face da fortuna pessoal do Nuno Simões!

Porque não mete *A Choldra* ombros á empreza?

E como a esses politicos, á sua vida publica e privada deve ter-se feito a mais rigorosa e minuciosa devassa de modo a saber-se tudo quanto teem, tudo quanto ganharam e como o adquiriram, admiravel seria que, ao tornar-se isso publico, para edificação das gentes, se pudesse dizer tambem dos outros, como obtiveram eles e doude lhes provem o que teem ganho e, mais ainda, o que teem gasto na vida que todos lhes conhecem mas que nenhum divulga. *Et pour cause*...

Sim, a *A Choldra*, sem se rebaixar, — já aí está o exemplo de um juiz do Supremo Tribunal de Justiça, exemplo flagrante, consentido e aplaudido pelo Governo, pelo parlamento e pela imprensa, — podia bem organizar o inquerito á vida e aos recursos dos homens publicos e de outros que não o sendo, no sentido politico, tantos direitos teem a se-lo em relação á desgraça que a publicidade atribue ás mulheres.

Que curioso rol o dos politicos directores de companhias, conselheiros fiscaes, gerentes, consultores juridicos, economicos, financeiros e tecnicos de bancos e de companhias! Curioso e innocente! E até, se possivel fosse, que interessantissima lista a das pessoas eminentes da po-

## O Congresso Radical

litica e de fóra dela que são ou teem sido participantes directos ou indirectos dos negocios publicos e privados!

Os grupos financeiros que aí houve e ainda ha para contribuir para a lista!

O do sr. Carlos Gomes, o do sr. dr. Carocha, o do Banco Ultramarino, o do Burnay, o do Soto Maior, o da Moagem, o do Alfredo da Silva, o do sr. Bernardino Correia, o do Marques de Sá, do Porto, o do sr. Pnto de Azevedo tambem tripeiro, o do Pires Correia, etc., etc. Sem falar no grupo desfeito do sr. Manuel Vicente Ribeiro, aliás o mais falado dos ultimos tempos, como foi o mais rendoso para os socios e o menos util para o chefe.

E' claro que tais listas se organizariam sem intenção de deprimir ou de colocar mal, quem quer que fosse. Seria apenas para constatar lealmente. Nada por isso de referencias ás contas secretas dos bancos ou das companhias.

Exclusão completa de tudo o que se não escriptura, segundo as regras do Tribunal do Comercio. De tudo absolutamente.

Assim, sr. director, o seu brilhante e naturalmente contundente semanario, sem de nenhum modo concorrer em processos politicos com outros jornais de maior tragem e muito menos vergonha, poderia prestar um serviço aos que tendo de escrever a historia do nosso tempo, se não podem deixar de folhear o *Diario de Noticias*, tambem não podem contar apenas com os informes do sr. Schwalbach, para a reconstituição deste periodo agitado da vida nacional.

Perdõe, sr. director, o tempo que lhe tomei e prosiga. «Sempre por bom caminho e segue», como o sr. Antonio Maria da Silva, como o sr. Cunha Leal e como o sr. Grandela.

De V. etc. J. P.

P. S.—Ha ainda uma outra lista a fazer, sr. director: a dos felizes da Republica, dos que sem grande e até sem nenhum trabalho e portanto sem nenhuma vantagem para o Estado, arrecadam anualmente muitas dezenas de contos. Conheço-os que assim vencem apenas por um logar, por um triste logar e outros porque acumulam varios logares publicos, o que os não impede de poderem e deverem ainda figurar nas outras listas de que anteriormente falei. Não falta aí quem os tenha visto passear distraidamente pelos lugares onde elas costumam organizar-se para a distribuição dos proveitos irresponsaveis.

E a respeito de felizes e de bem pagos não esqueça, sr. director, aquele juiz do Supremo Tribunal que anda inquirindo a justiça de Angola, á rasão de conto de reis por dia, sem se chamar D. Carlos.

Que pena não se poder generalisar o sistema aos investigadores, aos abnegados investigadores do Angola e... Metropole!

Não acha sr. director?

Nos dias 20, 21 e 22 do corrente realisoou se no ginasio do Liceu de Passos Manuel o congresso do Partido Republicano Radical, com 834 congressistas inscritos. Como resoluções mais importantes registaremos: entusiasticas saudações aos revolucionarios de Almada; vivo combate ao projecto de lei que estabelece a capacidade juridica á Igreja; protesto contra as deportações e as violencias praticadas pelo Alto Commissario de Moçambique, e defesa do reconhecimento juridico da C. G. T.

O presidente do Directorio cessante, sr. dr. Veiga Simões, depois de um interessante e elevado discarso politico, fez as suas despedidas aos seus correligionarios declarando abandonar temporariamente a actividade partidaria, saindo imediatamente do Congresso. A discussão do relatorio do directorio cessante decorren por vezes bastante agitada, chegando a ser apresentada uma moção de desconfiança ao mesmo directorio, que depois foi retirada. A eleição do novo directorio deu a victoria á corrente Lopes de Oliveira.

Algumas téses importantes foram discutidas como a das Alianças politicas em que se marcou a absoluta intransigencia perante os outros partidos, só permitindo acordos para efeitos eleitorais e em protestos ou manifestações republicanas; a da «pescaria nacional» do sr. dr. Sampaio de Andrade e que é um trabalho a todos os titulos importante; a das missões religiosas no Ultramar advogando as missões laicas e que teve a combater o sr. Lopes de Oliveira que acha boas as missões religiosas; e a reforma penal, prisional e judicial do sr. dr. Orlando Marçal que foi aprovada por aclamação como merecido preito de homenagem ao autor pelo seu incontestavelmente valioso trabalho.

O Congresso decorreu sempre com vivacidade, por vezes agitado como succede sempre em assembleias numerosas. Apenas, no final, uma frase idiota dum estapido congressista provocou um incidente com os jornalistas que sentindo-se agravados, saíram da sala, só regressando depois de lhes ser dada, por todo o Congresso, a devida reparação, entre grandes aclamações.

Aparte este incidente satisfatoriamente liquidado e de uma ou outra frase menos correcta que provocou protestos, o Congresso decorreu em boa ordem só podendo compará-lo ao congresso nacionalista o conservador despeitado que ardentemente ambicionasse que este suplantasse aquele em má-criação, indisciplina e violencia. Em torneios desta especie ficou provado que os «homens da ordem» são invenciveis. Que lhes preste!

A força dos partidos de combate está na intransigencia. Ainda que pequenos e reduzidos, se teem um programa claro, uma conduta severa e um ideal de pureza, impõem-se sempre.

# A ditadura das espadas

## Carta verdadeira a um fantastico general

Meu general:

Eu sei que a officialidade da sua divisão, aproveitando-se da sua senectude tímida, da sua condescendência de quem sempre foi governado pelo impedido, levou-o a assinar o pacto, o compromisso que é um pouco o das Juntas e onde se estatui o princípio da ditadura exercida pela Força Armada, *para pôr isto no são*.

E *pôr isto no são*, para a brava rapaziada; dessa divisão remota é simplesmente exercer o convincente regime do *arrocho*, é usar os suasórios processos do cavalo-marinho, é preparar os corpos e as almas para receber de joelhos a ditadura do Redentor, como etapa primeira para chegarmos ao advento da monarquia restaurada.

Compreendo general, as ambições dos rapazes, enervados pela ociosidade da vida de guarrição, repartida entre a batota e o dia ao regimento. Compreendo também que eles reflitam o mal-estar geral pelo ambiente de podridão em que nos debatemos.

Eles, porém, é que não teem autoridade nenhuma para protestar. A sua ociosidade parasitária é um dos cancros da Nação; a sua incompetência manifesta para tudo, não é segredo para ninguém.

É claro que não acreditamos — e no numero dos incrédulos inclu-o a si, general, que é velho sabido — na eficiência guerreira desses bonecos fardados, a quem, se por acaso tivessem competência, faltaria o resto. Se amanhã, por mar ou por terra, este país fôr vítima duma agressão, vamos todos uns meses para Tancos aprender a recrutar, como succedeu quando da preparação para a Guerra, e quando formos dados por pncntos, já o inimigo estará instalado no Terreiro do Paço, a governar em nome da potência de que tenhamos de ser colônia. Esta é que é a verdade, general, e desafio-o a demonstrar, o contrário.

Quanto á bravura, também temos conversado. Ninguém se livrará, porém, da traição duma classe inutil, mas ambiciosa, ávida do mando, que por uma estranha anomalia é a única que dispõe das armas que a Nação paga para ser oprimida por elas.

Daí o prevenirmo nos, contra a traição, declarando alto e bom som que a Força Armada não tem autoridade nem competência para governar, apontando os malefícios que ela tem feito ao povo, a perturbação que tem causado na sociedade portuguesa.

As revoluções que tanto nos amesquinham aos olhos do estrangeiro, que tanto diminuem o nosso crédito e que por vezes tanto nos enchem de ridiculo, teem sido todas feitas por militares.

A excepção da Revolução de 5 de Outubro, levada a cabo pelo Povo e em que colaborou o mesmo povo fardado, os sargentos, os soldados e os marinheiros, que tiveram por chefe (!) um vago contabilista que nem era official combatente, todas as outras desordens teem sido promovidas pelos galões, ora a reboque dos maus politicos, ora precedendo-os, afim de lhes preparar o caminho para as suas traquibérnias.

Aponte-me uma desordem, general, de que a Força Armada, não tenha tido a iniciativa, apesar de ser modê'o de disciplina, de ordem, dos bons principios. E tudo lhe serve, desde que haja barulho. Ora radical ora conservadora, ora pela ditadura ora pela pureza da Constituição, tem sido ela, sempre ela, quem periódicamente promove a festa, para subir uns postos, apanhar umas medalhas, liquidar contas e ás vezes até... para endireitar a carga.

A tropa quere ir para a Guerra e revolta-se como no 14 de Maio. A seguir já não quere ir, e revolta-se como no 5 de Dezembro. Não satisfeita já com o Consulado deembrista prefere-lhe a monarquia e revolta-se a 19 de Janeiro. Revolta-se contra os politicos, como no 19 de Outubro e a favor dos politicos como no 10 de Dezembro.

Diz-se fascista e revolta-se em 18 de Abril, teima em ser republicana e revolta-se em 19 de Julho.

Escusado será dizer que todas essas revoltas, excepto um ou duas verdadeiramente sangrentas, —têm sido pura comedia.

\* \*

Que quere, porém a Força Armada? Ela não o sabe, em definitivo. Primeiro quere dar que fazer ás armas e aos cavalos que o Estado pródigo lhe confia, depois quere governar-se um pouco, receber um aumento de soldo, apanhar umas promoções extraordinarias e por fim — declara-o — deseja meter na ordem o paisano, a quem acusa de todas as desordens que ela aliás fomenta. É assim que se procede também nas republiquetas da America do Sul, onde a reacção impéra.

## O FADO ARMADO EM CALIGULA

*Um dos mais espantosas e celebrados desastros do imperador Caligula foi certamente aquele que consistiu em elevar seu cavallo ás h rarias de cônsul, acrecido, segundo dizer de graves autores, em lhe vestir a régia púrpura e o pensar a cevada dourada...*

*Neste libelo se conta como igualmente o Destino em nossas desgraçadas eras, semelhante o sanguinário imperador, buscou uma dilatada alimária, a enroupou com as insignias do poder, e a nosso custo lhe aborrotou a mangedoura, de bem dourado alimento...*

O mostrengo amassado, como vimos, no mais imundo estrume etnológico, se o Fado o fizesse nascer na Europa não passaria do primeiro degrau social, condenado a vegetar numa qualquer das profissões de desclassificados e incapazes, varredor ou servente por exemplo, restando-lhe como multa infalível se o prurido da ambição lhe roesse a Alma os remos das galés ou a braga dos presidios. A sua boa Fortuna fê-lo porém vêr a luz do dia na praia luzitana que fica onde a terra acaba e o mar começa e que habitada durante dez séculos por uma raça heroica de homens aguerridos e fortes entrou nos ultimos trez em notavel decadência pela invasão estrangeira e pela mestiçagem. Este paiz outrora valoroso encontra-se hoje derrancado e caquético devido a esses motivos. Ha actualmente nele trez raças.

A primeira, a que pertencem quasi todos os amigos de vulto do mostrengo, domlnou antigamente na Palestina e mais tarde abastardada pelos cruzamentos e pelo aviltamento da sua condição veio finalmente dar a Portugal e aqui faz a nossa Felicidade. A segunda é composta dos antigos senhores do paiz e encontra-se disseminada a ésmo pelo território. Como os processos de triunfo estabelecidos pela nova raça animadora são a vileza, a hipocrisia e a corrupção, esta segunda raça cuja nobreza estrutural é incompatível com tais habilidades vê-se atrada para segundo e terceiro plano sendo frequente encontrar-se por esse paiz fora podando as vinhas e sachando o milho homens cujos antepassados conquistaram Lisboa e Santarem, meteram lanças em Arzila e Azamor ou pelejaram para alem da Taprobana. A terceira raça finalmente é composta dos bastardos que os filhos da segunda fizeram nas fêmeas da primeira e nas descendentes de Cam. E' a mais numerosa

e inferior e segundo a classificação de Madureira nós nomeamo-la de Jumência.

E' nesta que o mostrengo e os simios da primeira raça encontram o melhor apoio.

Assim o mostrengo, comotodosabem, é incapaz de pensar com elevação dois minutos a fio e consequentemente de traduzir esse pensamento por palavras. De modo que quando fala, a sua insuficiência mental e a sua pobreza verbal fazem-no cuspinhar um palavrório sem nexo, sem ordem, já gasto e regasto e ao pé do qual os dizeres de Mr. Prudhomme e do conselheiro Acácio são bocadinhos de oiro. Pois sabe o leitor o que acontece em tais momentos?—E' corrido á batatada...

—Nada disso. A Jumência escuta, abre os vastos maxillares e murmura num extasi: O quê? êle não disse nada? que habilidade! que espantosa habilidade!

Mas, atalha alguém do lado, repareme que não fez mais do que meter os pés pelas mãos...

—Politica, meu caro senhor, politica, atalha solicita a Jumência.

Um dos mais illustres escritores daquela terra e que pertencia à segunda raça e se chamava Eça de Queiroz, referindo-se a umcompadre que com brilho e carinho durante anos garrochou a imbecilidade dos filhos da Jumência, referindo-se ao vigor com que este último durante anos e anos combatera esta frase idiota dos dominantes do tempo: *o nosso programa é ordem e moralidade* perguntava espantado ao ver a invulnerabilidade de tal frase: «de que substancia será feita?»

Miolo de Jumência e esperteza de judeu, caro senhor Eça de Queiroz.

E a prova provada é que, guindado ao poder o nosso cavallo de Caligula, não encontrou ele melhor canto de sereia para embalar a Jumência do que dizer: o nosso programa é ordem e moralidade...

E a Jumência rebola-se consolada na certeza de que vai ter moralidade e ordem sem vêr que quem tôrto nasce tarde ou nunca se endireita, e que, por tanto, antigos fabricantes de bombas não são garantia de ordem; e que para impôr moralidade ha uma formalidadesinha a cumprir: ter as mãos limpas. A Jumência não vê nada disto, a Jumência não repara, a Jumência faz o que pode fazer: zurra.

E porisso o mostrengo que às vezes tem pretensões a criatura culta, diz, de quando em quando, das janellas do seu paço indicando à sua muita a Jumência que passa trotando satisfeita:

Dir-me-heis qual é mais excelente: se sêr do mundo Rei se de tal gente?

ANTONIO PASSOS.

Tem ao menos competencia para governar, para administrar, êsses senhores? Tem-se visto qual a sua capacidade. Pelas cadeiras do poder tem passado as figuras mais representativas da tropa; ministérios houve quasi só constituídos por militares, como o dos «vitorinos», e verifica-se que as fardas dão tanto como as rabonas. Imbecis quasi todos, preverso o maior numero.

E é com isso que o general e os bravos rapazes que o rodeiam nos querem salvar a todos? Não o fazem por menos? Mas vejam lá... E' dinheiro que pretendem?! Peçam-no ao Bonzo-Mór, que êle, para manter aquilo que julga ser o seu prestígia na tropa, esportulará a gorgeta. É promoções? Tambem se arranjam. E' só apresentar um inofensivo projecto no Parlamento, de-

clarando logo que não traz aumento de despesa, e as comissões de guerra que são amigas, deixam-no passar. Mas se não é nada disso que pretendem e antes lhes pede o corpo folia, vamos para a folia, que o cajado do cêgo está com appetite de assentar em lombos criados á boa vida.

O CÃO DO CEGO

## Imprensa

Passou hoje o quarto aniversario do nosso colega na imprensa republicana o *Despertar*, de Sintra.

Felicitamo-lo.

# A GRANDE IMPRENSA CONTRA A REPUBLICA

*O que se passou com a publicação, em três jornais de Lisboa, duma carta, para mim offensiva, do insaciável politico Vitorino Godinho, como peça constitutiva duma pendência, é um dos casos mais monstruosamente típicos da formidável coligação de interesses anti sociais que nos domina.*

Assim começa o vibrante jornalista da *Seara Nova* o seu artigo *Uma infamia jornalística*, em que se occupa daquelle, na verdade, infame procedimento da nossa chamada *grande imprensa* publicando em seguida ás actas duma pendencia entre o sr. Raul Proença e o sr. Vitorino Godinho uma carta deste ultimo, insultando o primeiro, como se esta fizesse parte da mesma acta de pendencia.

«Infame» é ainda pouco para qualificar tão miseravel proceder desses directores de jornais, instrumentos das oligarquias politico financeiras que nos dominam. Faltando-lhes a coragem para directamente ferir o antigo e honrado republicano e violento panfletario Raul Proença que com a sua causticante pena tem surzido, com intelligencia e valentia, as oligarquias politico-financeiras, a carta insultuosa do sr. Vitorino Godinho foi acolhida nas colunas desses «cecosos» — órgãos dessas oligarquias — com incomensuravel regosijo. Este é que é o facto.

Por este caso que envolve o sr. Raul Proença pode-se aferir o character dos individuos que estão á frente dos grandes órgãos de publicidade e de informação e os intuitos a que obdece a posse desses jornais nas mãos de grupos de potentados desinteressados absolutamente da industria do jornalismo; e ele é de molde a chamar a atenção do Estado republicano para esse novo, inesperado e magno problema da imprensa.

Poderá subsistir um Estado Republicano num paiz em que a grande imprensa, a chamada de grande informação, que, por o ser, constitui uma necessidade social, é absolutamente hostil á Republica e aos seus homens moralmente mais categorisados?

Pode o Estado Republicano empreender uma obra de depuração social com uma imprensa dirigida por sicarios e possuida por grupos a quem essa depuração não convem por serem eles os perturbadores do meio que se pretende depurar?

A situação da Republica perante a grande imprensa é deveras grave. Um aspecto dessa gravidade acabamos de vêr no modo como no *Seculo* e no *Diario de Noticias*, os dois grandes

jornais de informação, foram feitas as reportagens do recente Congresso Republicano Radical. O proposito de desprestigiar, de achincalhar, de diminuir a importancia dessa reunião magna de forças politicas de um partido republicano, resalta evidente e manifesto.

Nessas reportagens não se pretendeu dar aos leitores o relato do que de mais importante para o regime e para o partido se tratou no Congresso, o extrato das suas resoluções de maior alcance social ou politico; mas, ao contrario, com prejuizo do principal, foi largamente tratado o pormenor, o secundario. Os reporters estiveram á espera da frase solta, do gesto isolado que desse a impressão comica, mesquinha, inferior, da assembleia. O escandaloso, o picaresco foi notado com cuidadoso zelo.

Culpa do jornalista? Em parte, sim. Mas a responsabilidade cabe inteira ás direcções desses jornais.

Compreende-se um tal genero de reportagem num jornal politico adverso. Admite-se mesmo e de certo modo, num jornal da noite que pretende ser leve, futil, interessar e amenizar o leitor sem responsabilidades de informação. Não se compreende porém, nem se admite, em jornais que exploram a industria de informação, de jornais que, pela sua enorme expansão conquistada por longos anos de um noticiario completo, consciencioso e desapaixonado, criaram graves responsabilidades perante o Estado e a Nação.

Objectar-se-nos-á que a reportagem do Conso Nacionalista obedeceu ao mesmo criterio. Não é bem assim. No Congresso Nacionalista, — aparte certos ditos e pormenores que a esses jornais tambem cumpria não se amesquinharem registando-os, ou não regista-los para lhes não dar importancia que não mereciam, — houve atitudes que era necessario marcar pela sua importancia politica, houve episodios que marcavam tendencias que seria facciosismo occultar, houve acontecimentos, como um homem com a perna partida, de que o noticiario tinha fatalmente de tomar conta.

No Congresso Radical, porém, nada disso houve, e a melhor prova de que ele decorreu na normalidade costumada está no infrutifero empenho dos reporters em pretenderem mostrar que ele decorreu tumultuoso, em pretenderem torna-lo escandaloso e ridiculo.

Nas reportagens de um e outro congresso, e que se tornou evidente e demonstrado é que os jornais *O Seculo* e o *Diario de Noticias* já perderam aquela característica serena e neutral de

# ODIO, NÃO!

Nesta tribuna que escolhemos e que é livre de todas as peias partidarias; neste lugar de onde falamos clara e desassombadamente a alguns milhares de portugueses que nos leem; nesta hora em que tão perturbado é desviado anda, dos espiritos, o idealismo nobre que nos impulsionou para a Republica; queremos gritar alto a todos os republicanos que devem esquecer os seus odios, pôr de banda ansias de vingança porque a Republica, tal como a desejamos, se não compadece com o sangue e não viverá com odios.

Sabemos bem — por nosso mal o sabemos — que os erros cometidos, que as perseguições feitas, outra cousa não tem gerado nas almas dos Republicanos humildes, desgostosos com a marcha do regim e.

Culpam-se pessoas, fala-se noutro 19 d'Outubro na intenção de proclamar a necessidade de uma nova e sangrenta noite—tremendo erro, triste desorientação!

Não, meus senhores, os males da Patria, a peçonha de que enferma a Republica não é peçonha que desapareça com os bichos.

Os homens, estes homens que para aí estão pactuando com os reaccionarios, exercendo violencias, desrespeitando a lei perseguindo e até roubando, são produto do meio que lhes crearam, que lhes creamos, nós todos republicanos sinceros e honrados que, pelo nosso abandono das urnas, pelo nosso desalento ao primeiro embate, pelo nosso deixar passar de todas as embustei-ricas, lhes permitimos o medrar e crescer.

\* \* \*

Odios, não!

Idealismo e fé! Luz e muita luz!

E amor pelos humildes; pelos deserdados da fortuna, pela choldra, pela ralé, a par de comiserção por *estes*, comiserção que seja acompanhada de um gesto energico de repulsa e afastamento.

Mortes? Para quê?

Se assim continuarmos, atrás destes virão outros e *todos* cairão e nós com eles porque assim o determinaria a fatalidade dos factos ensinada pela experiencia já vivida.

E' assim que queremos afirmar, com lealdade e com verdade porque o sentimos, que muito nos entristece a natureza da maioria das respostas dadas ao nosso inquerito.

Elas reveiam uma tão desoladora desorientação, uma tão flagrante atmosfera de odios espalhada de norte a sul do paiz, que não cumpriríamos o nosso dever de republicanos, se perante ela, nos não erguessemos a clamar alto o nosso protesto pelo erro que representam, pelo desviar dos bons principios que focam.

Não, amigos!

Um regim que se alicerçasse em sangue, que erguesse como lema o odio, que sustentasse como estandarte a vingança, seria um regim caído no meio de um côro titanico de maldições.

E a Republica não é de sangue, se não o dos seus maríres, não é de odio nem admite a vingança!

A Republica é amor, é fraternidade, é igualdade!

Ou ainda não serviu a lição?

Que remediou o 19 d'Outubro? Que trouxe de bem para a Republica a morte cruenta do nobre Antonio Granjo?

Só mal, só prejuisos, só odios!

A noite sangrenta trouxe ao espirito de muitos a suposição de que ser radical era ser pelo «dente d'ouro», que ser esquerdista dentro do regim era tripular a *camionete* fantasma, e isso provocou a reacção que, dia a dia, aumenta contra os que radicais se afirmam e na esquerda estão.

Critiquemos, combatamos, foquemos os erros, as taras e os defeitos dos homens e dos factos.

Castiguemos com energia pela nossa acção, pela pena e pela palavra, todos os atropelos á Republica e aos seus principios mas odio, mas sangue—*Não!*

Eis o nosso grito leal, saído do coração e ditado pela consciencia.

Por nós, ao combatermos homens, nenhum odio nos move só nos incitando o espirito de justiça

Poderemos errar, ser injustos? E' possivel.

Mas revelem-nos essa injustiça e provem o nosso erro, que logo mudaremos emendando o erro e penitenciando-nos da falta.

---

jornais de informação, revelando-se agora jornais politicos, e de politica contraria e hostil á do regim. A apostar em que se se tratasse dum ingresso monarchico ou catolico, que é a mesma coisa, ás reportagens desses dois jornais voltariam a circunspeção, a imparcialidade e a compustura usada, em outros tempos por esses

mesmos jornais para com todas as grandes manifestações de opinião.

Ah! Que diferença entre *O Seculo* do Silva Graça e o *Seculo* da União dos Interesses Economicos, entre o *Diario de Noticias* de Alfredo da Cunha e o *Diario de Noticias* da Moagem!

# POR BEM...

# DA VIDA MENTAL

## Literatura diplomatica

A diplomacia sempre foi um alfobre de literatos. Uns melhores outros peiores, alguns com real valor, os diplomatas são ás vezes uns perigosos concorrentes dos escritores profissionais. Nada tendo que fazer no exercicio das suas funções, a não ser assistir a um ou outro banquete ou cerimonia official, sufficientemente providos do necessário á vida material para se preocuparem com as misérias humanas e, sobretudo, gosando do prestígio dos seus cargos, facil lhes é escrever, arranjar editor e mesmo ter algum público.

A carreira diplomática adquiriu assim fóros de intellectual e não há adido de legação que não se julgue pelo menos, muito melhor homem de letras do que Eça de Queiroz que foi simplesmente consul.

Não falemos, porém, dos nossos diplomatas, que tambem os temos bons e ocupemo-nos antes dêsse famoso «corpo diplomático» acreditado em Lisboa. E porque *noblesse oblige*, assinalemos mais uma assombrosa produção dêsse extraordinário poeta, dramaturgo, orador e conferencista que é «Sua Excelencia o Senhor Doutor José Manuel Cardoso de Oliveira», Embaixador do Brasil, digno chefe do corpo diplomatico acreditado em Lisboa.

A última joia do opulento escripto de Sua Excelencia foi o notabilissimo discurso pronunciado na Sociedade de Geografia em honra e louvor da feliz coroação de Sua Santidade o Papa Pio XI. Essa estupenda peça oratória appareceu agora impressa por louvavel iniciativa de editores que não desejaram privar os simples humanos dos primores do brilhante talento do illustre diplomata.

Já antes, editores assim generosos tinham arrancado do olvido os magnificos discursos pronunciados pelo mesmo genial orador, por occasião do Congresso das Sciencias em Coimbra.

Bem hajam os beneméritos editores e bem haja o Brasil que para cá nos exportou êsse colossal «jacaré empalhado».

Nunca o gongorismo mais rotundo, a banalidade mais pantafaçuda, tomaram as proporções que atingem nos trabalhos literários (?) do Senhor Embaixador.

O que mais admiramos no conceituado diplomata é a sua inaudita paciência que o leva a soprar as frases, a retorceer os periodos a pregar adjectivos com cuspo, na sua prosa ultra-académica. Depois de ler, ou ouvir recitar pelo autor, — o que é incomparavelmente melhor — êsses trechos de prosa rebarbativa, fica-se com a impressão da nausea e do atordoamento. Só depois é

que vem a serenidade, o raciocínio claro e então é rir, rir, rir das imbecilidades, do ar «pornotico» dêsse pobre homem de Taubaté, — simbolo perfeito, em brasileiro, do Sr. Conselheiro Acácio.

Estes diplomatas da America, já era assim o Simão Planas Suarez, teem uma queda para o Papado e para o ridiculo...

## Literatura feminina

Era, -- é talvez ainda, -- uma velha praxe, referir-se a gente ás produções do talento femenino ora com galante louvor ora com discreta ironia, mas nunca com a sinceridade, a coragem moral, que em face duma má obra, — seja ela de um amigo, — nos leva a dizer, sem embargos, que é mal.

Esse prejuizo não nos domina. Reconhecemos que o trabalho literário duma mulher é tão respeitavel como o de um homem e por não lhe negarmos o mesmo fóro, não lhe podemos negar identicas sanções.

Não há sexo no pensamento nem na acção criadora de beleza. O sexo é coisa por demais intima, que só pode ser considerada para uma observação de conjunto, como um factor idiosincrásico. Curar de uma «pequena diferença» dos dois ramos da espécie, te-la como estalão por onde aferir da capacidade intellectual, é absurdo.

Há escritores de talento, assim como há homens de letras imbecis e vice-versa. Escrever é, quando muito, uma habilidade, uma prenda, pensar é que é a função nobre.

A humanidade divide-se em duas grandes classes; a dos que pensam com a sua cabeça e a dos que o simulam fazer adotando os pensamentos dos outros. Cada uma dessas classes subdivide-se ainda. A primeira no grupo dos que dão publicidade aos seus pensamentos e no de que os occultam por timidez ou por não terem possibilidades de os exteriorizar. A' segunda classe, á dos psitacistas, pertencem aqueles que não se dão ao trabalho de pensar, mas occultam essa doença, e os que veem para publico impingir as suas banalidades com um grande ar de quem está a revolver a verdade e a beleza aos simples mortais.

Pertence a êste número uma senhora, cuja graça é no século Luiza Grande e que nas letras se chama Luzia. Publicou agora um livro intitulado «Cartas de uma vagabunda», que é o modelo perfeito do preciosism, da mania literária servida por muita audácia e alguma falta de gramática.

A Sr.<sup>a</sup> D. Luiza Grande é o tipo escalado da mulher literata, pretenciosa, sabichona. Lá porque vai a Paris, como todo o alto-pirismo, já a enjoam os hoteis de Portugal. E porque pertença



ao número ou pretenda lisongear o publico das canastras, não perde ensejo de meter na prosa o seu comentário politico, daqueles que se usam em conversas de sacristia ou nos soalheiros dos chás-elegantes.

Esta senhora, especie de Sevigné traduzida... em vulgar assesta o seu rebarbativo *lorgnon* de «preciosa ridicula» e põe-se a dar lições de elegancia, requentando um velho chá, que só não ha-de saber a môfo ás Pires a quem se destina. E gasta com isso a escritora trezentas enfadonhas páginas, repetindo os mesmos tômas, empregando os mesmos *rodrigulhos* e até martelando, com uma insistência a rox as palavrinhas estrangeiras, *chics*, *finas*, que aprendeu na sua peregrinação ultra-int lectual.

Os problemas sociais, a dôr humana não interessam a esta *bas-bluet*, só occupada em fazer litteratura, e da pior, a propósito e a despropósito de tudo.

E ainda os editores grunhem que há uma crise do livro, que não lhes compram a sucata, que o publico não lê. Continua porém a haver papel para estragar assim.

### Dizer versos...

Dizer versos foi sempre a aspiração máxima dos sócios effectivos das sociedades de recreio. Recitar bem, com sentimento, era a maior corôa de gloria a que poderia aspirar uma filha-familia, casadoira e já prondada.

Estes innocentes entretenimentos raro ultrapassavam, porém, o âmbito dos clubes familiares ou das recepções de dia-de-anos, nos quartos andares da Baixa. Quando muito apareciam nos palcos em dia de beneficio de cômico em decadência ou de agremiação benemérita em baixa de fandos.

Dizer versos... passou, porém, agora a ser uma maneira de fazer arte. E dão-se espectaculos completos com esse número único e a critica robusca toda a erudição do «Larousse» para dizer coisas bonitas do género.

Apareceu em Lisboa uma senhora brasileira que lançou a moda. Essa pobre senhora recitava conforme podia, e como era amadora, os que a ouviam supunham-se na sociedade recreativa do seu bairro e desculpavam. A critica, porém, por aquele cavalheirismo que atraz assinalámos, fez-se em elogios á arte ostranha da infeliz senhora.

Apareceu depois uma professional do recitativo, a Sr.<sup>a</sup> Berta Singerman e foi, é, um delirio. Nunca se escreveu tanta banalidade junta sobre essa prenda comestiva de dizer versos... Que essa artista (?) os diz duma maneira suave, inconfundível, arrebatadora — affirmam. Que a sua máscara e os seus gestos cheios de espiritualidade prolongam a música das palavras, etc, etc.

Ah, senhores! não exageremos. Sejamos cabotinos com uma certa discreção. A Sr.<sup>a</sup> Berta

Singerman recita bem? Excelente. Recita mesmo um pouco melhor do que no saudoso Simões Carneiro ou no distinto Clube Estefania? Só temos que rejubilar com isso. Mas estragar os adjectivos todos lá porque a artista (?) sabe andar pelas redacções dos jornais, a apresentar cumprimentos, como ainda se usa na provincia, ou vai tomar chá a casa dos criticos, não nos precipitemos.

Ah! estes meridionais quando lhes dá para a hiperbole asnática são estupendos!

## Nas escolas da Republica ainda se bate nos alunos!

### Um espancador de crianças.

«São proibidos os castigos corporais e ha desalmados que brutalmente espancam as crianças, como se elas tivessem culpa do mau humor do mestre, proveniente talvez das dificuldades do seu viver!» Isto escrevemos nós a semana passada, e a confirmar a nossa afirmativa informamos que ainda na segunda-feira ultima, na escola n.<sup>o</sup> 49 a Sete-Rios, um professor desalmadamente bateu numa criança que tem a infelicidade de ser seu aluno. O sr. Alves, — é este o apelido do professor em questão — tem por hábito bater nos alunos, tomando cada dia um dêles á sua conta.

Nós somos absolutamente contrários a que o professor bata, sob que pretexto for, nas crianças que lhe são confiadas, mas compreendemos que é por vezes difficil reprimir o impeto de dar uma palmada num garoto endiabrado e atrevido. Ha porém quem bata por a criança não saber de cór a lição e bata sem olhar onde bate, não considerando que as pancadas na cabeça podem ter graves consequências para a criança. Pois é por este motivo e é assim que o professor da 4.<sup>a</sup> classe da escola 49, de Sete-Rios, costuma bater nos seus alunos.

Dando guarida á informação recebida, e que garantimos não soffrerá retificação, cumprimos um dever que nos é grato á consciencia, estando certos de que este nosso procedimento é bastante para que esse professor não reincida no acto cobardissimo de bater em crianças.

E este caso sugere-nos a conveniência de os pais que tenham, por essas escolas, filhos entregues a espancadores de crianças, nos comuniquem a ver se pelo processo da publicidade conseguiremos aquilo que a lei, e os inspectores escolares e os directores das escolas não conseguem: acabar com os castigos corporais nas escolas da Republica.

Mas note-se bem: só acolheremos as acusações de que os informadores tomem a responsabilidade da sua veracidade, como acontece á pessoa que acusa o sr. Alves de bater nos seus alunos.

# A CHOLDRA no parlamento

## Contra as deportações sem julgamento

Um discurso notavel do deputado  
dr. José Domingues dos Santos

— Sr. Presidente: a minha interpelação diz respeito aos homens que foram deportados sem julgamento e ás prisões sem culpa formada além de tempo que a lei permite. Os homens deportados sem julgamento pertencem a uma instituição a que se convencionou chamar a *Legião Vermelha*.

A *legião Vermelha*, é uma instituição que de si deu muito que falar nos ultimos tempos. Eu sei que ha varias legiões, a *legião azul*, e *legião vermelha*, etc. A *legião azul* permanece oculta e pretegida. Os erros, os crimes e as maldições vão todos para a *legião Vermelha*.

Sr. Presidente antes d'entrar propriamente na materia da minha interpelação, eu quero dar conhecimento a V. Ex.<sup>a</sup> e á Camara dam dum genero de legião que por ahi vai vivendo e que porventura não é nenos prejudicial ao Paiz do que a *legião Vermelha*.

Eu sei que a *legião Vermelha* estava fora da lei, matava, roubava. A *legião Vermelha* é digna dos maiores castigos, mas não vamos a esquecer os crimes, os erros praticados por outras especies de legiões que por ahi vão vegetando á sombra da lei.

Sr. Presidente: não sei se já chegaram ao conhecimento do Governo uns papeis que de Moçambique me mandaram. Dizem eles respeito a uma organização que tem a sua sede em Lisboa e as suas ramificações em Moçambique e em varios outros pontos do mundo. Não tem por missão matar nem roubar nenhum cidadão, mas tem uma missão porventura mais anti-patriótica, ou talvez mais criminosa. Essa legião vem realizando subterraneamente, ás occultas e, digamos até, um pouco dentro da lei, a obra de desnacionalisação da nossa mais rica provincia colonial. Tenho aqui uns documentos que de Moçambique me enviaram e que contam que em Portugal um grupo de individuos dos mais altamente cotados, veem dia a dia obtendo concessões em terras de Moçambique, e depois forma uma sociedade com alemães, trespassalhes tudo e entrega-lhes a administração dos terrenos e quasi o seu dominio. Para essas terras adquiridas por portugueses e cedidas aos alemães, vão todos os dias encarreirando os seus passos alemães militares da mais alta patente, e dá-se este caso curioso: por vezes pede-se ao Governo licença para ir para essa provincia, o Governo solicita informações ao Alto Comissario, este nega essa licença, mas o individuo que pretende ir dirige-se a um consul que temos em qualquer ponto da Europa, consegue a licença e quando o Alto Comissario está dando as suas informações para a metropole, o alemão já está em terras portuguesas administrando o que é português.

Quer-me parecer que não é demais que o Governo olhe para esta especie de legião.

### Uma legião de traidores á Patria

O Sr. Presidente do Ministerio, certamente, teve conhecimento de que este facto se passa. Não cometeria o crime de lançar a publico esta informação tão grave se ela não constasse de documentos officiaes que tenho em meu poder. Ela é fornecida nada mais nada menos que pelo Comissario da policia de Lourenço Marques. Eu peço licença a V. Ex.<sup>a</sup> e á Camara para ler um trechosinho dessa informação que diz assim:

«Serviço da Republica—Provincia de Moçambique—Corpo de Policia Civil de Lourenço Marques—2.<sup>a</sup> Secção—N.º 91A126—Lourenço Marques, 4 de Janeiro de 1926—Ao Ex.<sup>mo</sup>, Senhor Director dos Serviços de Administração Política e Civil—Lourenço Marques —: Referencia á nota N.º 213, Fxp 1171 A de 2 do corrente. —Respondendo á nota a que alude a referencia, informo V. Ex.<sup>a</sup> que não estando o subdito alemão de nome JOS LUCK abrangido por nenhuma das alíneas A), B), C) e D), do N.º 1º do Decreto N.º 313, de 4 de Dezembro de 1922, não ha inconveniente em que ao mesmo seja visado o passaporto para Moçambique, desde que satisfaça as condições do artigo 6.º do mesmo Regulamento. —Porém, como se trata de um subdito alemão, entendo dever apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> alguns factos que são do meu conhecimento, e que no actual momento não deixarão de ser oportunos:—Em Lisboa formou-se uma Companhia constituída pelos seguintes cidadãos: José Francisco da Silva, Julio Jardim de Vilhena, João Alexandre Lopes Galvão, Domingos Pepullin e Pedro de Gusmão.

Estes cavalheiros requereram isoladamente grandes tractos do terreno em Angoche, confrontando-se uns com os outros, pedidos que não foram feitos simultaneamente, mas que, todavia, obedeciam a um fim unico: serem vendidos a uma *Companhia Alem* que os explorasse, o que de facto já em parte está succedendo. Os portugueses concessionarios figuram, é certo, como socios, mas os capitais em circulação são alemães, como de resto o são tambem os directores technicos, gerentes e exploradores em Angoche. Ainda não ha muitos mezes chegou ao meu conhecimento que os alemães que se dedicam ás explorações no distrito de Moçambique, se consideram como em terreno conquistado, e talvez não fesse descabida uma certa vigilancia, visto a colonia alemã procurar de preferencia o referido distrito. Parece-me que não andaríamos mal avisados se, por qualquer forma, se pudesse entrar que tais terrenos vão, metódica e gradualmente, caindo nas mãos dos estrangeiros, ficando a nossa soberania apenas reduzida ao pau de bandeira e residencia da autoridade. O presente caso é do meu conhecimento por ter sido representante nesta cidade dos cidadãos acima referidos, o então major de cavalaria, Pedro da Camara, cuja precuração me substabeceu e que voluntariamente deixei, passando-a ás mãos do sr. dr. Joaquim Saldanha que segundo me consta, ainda representa os mesmos senhores e a Companhia, nesta cidade.

A meu ver temos em frente um assunto de grande transcendência, que me apresso a comunicar para que o mesmo seja, por V. Ex.<sup>a</sup>, submetido á apreciação de quem de direito, para os devidos efeitos. Saude e fraternidade — O Comissario da Policia

(a) HENRIQUE DE SOUSA

Quere dizer: o comissário de policia sabe por experiência própria que se formou uma companhia destinada a adquirir terrenos que serão cedidos a alemães, que nels dominam inteiramente tendo os portugueses apenas o dominio do *pau de bandeira* e a residencia da autoridade. Para esses terrenos, diz o Comissario, vão apenas militares de alta graduacão e quando o governo português não concede essa licença, conseguem-na eles por um Consul que lha dá, instalando-se assim no terreno português. Este assunto ha-de ser versado mais detalhadamente; no entanto é conveniente chamar, desde já, para ele a atençãõ do governo. O Sr. Cunha Leal quer tratar negocio urgente da situação do Alto Comissario em Moçambique. Dei-lhe o meu voto. Hei-de querer intervir na discussão que se fizer. Entendo que temos de olhar

muito a sério para o que se passa naquela possessão portuguesa. Ainda há dias no Parlamento inglês, se pronunciaram a respeito de Portugal palavras sibilinas, que bem merecem ser ponderadas pelo governo português afim de serem devidamente explicadas. A situação de Portugal perante a Inglaterra é de aliada e não de submissão. A Inglaterra tem de cumprir os seus tratados e estou certo que os cumprirá honrosamente. Feitas estas ligeiras advertências, que, como português, quiz fazer, vou entrar propriamente na matéria da minha interpeação.

### «Não sou bolchevista porque não quero ser»

Sr. Presidente: quer no Parlamento passado quer neste, mais duma vez me tenho occupado da situação dos homens deportados sem julgamento. Fóra desta sessão legislativa, no periodo eleitoral, por toda a parte onde me apresentei a fazer a propaganda do partido que represento, sempre, sem hesitação, olhando, os que me ouviam, com inteira lealdade, disse o que pensava sobre essa matéria. Protestei sempre contra as deportações sem julgamento. Julguei-as como um acto arbitrário violento e ilegal. Sei que esta attitude que tomei e que tomaram os homens que estão na Esquerda Democratica, nos valeu muita amargura. Foi envolta desta attitude que se formou o ambiente de hostilidade com que luctamos durante o ultimo periodo eleitoral. Foi em volta da palavra «bolchevista» com que nos atiram ás pernas que se fez toda a propaganda contra o partido que tenho a honra de representar.

Agora, serenados os animos, já se não diz isso. Compreende-se que o que queremos é que a lei seja igual para todos.

... Que ninguem pode ser condenado sem julgamento, que a deportação é uma pena que só os tribunais competentes e depois do julgamento podem aplicar.

Ter a coragem de dizer que esta doutrina se applica a pequenos e grandes, a innocentes e criminosos que esta doutrina se applica o mais pequeno e ao mais repugnante criminoso, ter a coragem de afirmar que saltar por cima desta disposição legal é saltar por cima dos direitos individuais, é atentar contra as liberdades publicas, é, na verdade uma grande audacia.

Sr. Presidente: habituados como estamos a não olhar aos perigos que corremos quando se trata de fazer aquilo que supomos ser o cumprimento do nosso dever, não compreendemos bem naquele momento, quantas amarguras nos pode custar tal attitude, e, foi talvez por isso que durante meses nos vemos em meio da sociedade portuguesa sustentando esta doutrina sob um chuveiro de improperios.

Passado tempo, appareceu um protesto da Liga de Defesa dos Homens, protesto simples, protesto tímido. Ma tarde, porém, bem mais tarde, já passadas as eleições, appareceu um protesto mais eloquente, protesto firmado e assinado por todos os homens de letras, os mais cultos do nosso tempo.

Sr. Presidente: foi com prazer que li essa representação subscrita pelos mais altos valores morais e mentais da nossa terra. Nunca me preocupou o apodo de bolchevista com que me quizeram marcar, sei bem que não sou bolchevista e não sou porque o não quero ser, porque a minha intelligencia me diz que o não seja; se, ao contrario a minha intelligencia me indicasse esse caminho, não teria que pedir licença a ninguem para o ser.

Mas na verdade, ser bolchevista por defender tais direitos e ter como companheiros na mesma cruzada os altos valores morais, representantes dos mais variados credos politicos e religiosos, é demasiada honra para mim.

### 0 «Poder Policial» novo poder do Estado

Sr. Presidente: já disse ha pouco e mais do que uma vez nesta casa do Parlamento e fóra dele, quando me occupi deste assunto porque é que nós protestamos contra as deportações sem julgamento. Já o dissemos mil vezes e quero repetil-o mais uma vez; quero repetil-o serena-

mente, compassadamente, para que todos fiquem sabendo o que pensamos e ninguem mais tenha o direito de deturpar as nossas intenções e as nossas palavras. Somos contra as deportações sem julgamento porque a Lei a tal se opõe, somos contra as deportações porque não admitimos que haja outro Poder do Estado que julgue a não ser o Poder Judicial. *Apoiado.*

Determina a Constituição que ha tres Poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judicial. Julga o Poder Judicial, legisla o Poder Legislativo.

Os homens que foram deportados não o foram por violencia do Poder Judicial, mas por ordem da policia que não me consta ser um Poder do Estado.

O Sr. *Amancio de Alpoim*:—E' o Poder policial.

O *Orador*:—O caso é tanto mais grave, sr. Presidente, quanto é certo que tive occasião de referir na outra sessão legislativa dois casos bem flagrantés.

Entre os deportados foram dois homens nestas circunstancias; um deles havia sido preso, julgado e condenado; cumprida a sua pena, no dia em que é posto em liberdade, nesse mesmo dia é novamente preso, metido num porão dum navio e deportado.

Homens de ordem; isto não é um atropelo á Lei?

Um outro havia sido preso, julgado e absolvido. Nesse mesmo dia, era novamente preso pela policia, metido no porão dum navio e deportado. A policia entendeu que o Poder Judicial não cumprira o seu dever e deportou esse homem que o Poder Judicial havia absolvido.

Homens de ordem isto não é atentar contra a lei?

E apodam-nos de bolchevista! E nós é que somos os homens de desordem, que não acatam a lei!

Que diz a Lei? Que determina a Constituição?

Que ninguem será preso e sentenciado senão pelas auctoridades competentes por virtude de lei anterior e na forma por ela prescrita.

Isto diz a Constituição.

Que mais diz a Lei?

Que as deportações é uma pena severa, e tão severa, que é applicada aos crimes mais graves. E o que se fez?

Applicou-se a deportação, a pena mais grave, sem conhecimento do Poder Judicial.

E' um atropelo contra a lei.

Contra isso protestamos nós.

Sr. Presidente: vivemos em democracia e a democracia é o regimen onde impera a lei.

Num paiz onde a liberdade dos outros corre perigo a nossa propria liberdade está ameaçada; é por isso que andamos nesta lucta desde a primeira hora e nela continuaremos porque defendendo a liberdade dos outros defendemos a nossa propria liberdade.

Eu sei que dizem: os homens são criminosos e criminosos repelentes. Sejam-no embora, são portugueses, tem o direito a que a lei se lhes applique.

O Sr. *Amancio de Alpoim*: São homens!

### Tenho a persuasão de que estão innocentes alguns deportados!

O *Orador*:—Sr. Presidente: ao criminoso mais repelente, á fera humana que tenha praticado o crime mais horrendo, ao filho que matou sua mãe, ao pae que matou seu filho não se applica este tratamento, manda-se para o Tribunal, julga-se, condena-se e depois deporta-se.

Nunca defendi criminosos, nunca afirmei que eram innocentes áqueles que com sorriso facil andam espalhando que eu faço a defesa dos innocentes, e o innocente tem aqui o ar ironico de quem sabe o que é sofrer. Sabem que não é essa a posição que tomei.

Sei que estou num parlamento onde se publicam as leis...

... porque as leis fabricadas pelo Parlamento, determinam que ninguem será deportado sem julgamento. Por isso mesmo é que, como representantes da Nação, clamamos que se cumpra a lei.

## A CHOLDRA

Sr. Presidente: bem sei que são criminosos, mas entre eles não estará um inocente? Tenho a persuasão de que estão inocentes alguns homens deportados.

Ouvi essa afirmação das autoridades, na propria hora em que foram deportados, e depois disso tive a occasião de ler um relatório enviado pelo governador de Cabo Verde, que tenho na minha presença e que peço licença para ler a V. Ex.<sup>a</sup>. Esse relatório, não é assinado por um esquadrista, nem por nenhum bolchevista, mas sim pelo governador de Cabo Verde. Diz ele: *Leu*.

«Nestas condições rogo a V. Ex.<sup>a</sup> se digno empregar os seus melhores esforços para que se apressem os julgamentos desta gente, fazendo-os regressar a metropole, tantos mais que estão convencido de que, a maioria dos que aqui estão, não tiveram qualquer interferencia nos factos que originaram as prisões».

Sr. Presidente: não sou só eu apenas, que tenho a preocupação de que entre eles pode haver inocentes. Não sou apenas eu que tenho a impressão de que, entre os presos deportados, alguns ha que estão inocentes. Mais alguém reparou nessa monstruosa coisa, e dos homens deportados, quatro já morreram, victimados pelas febres da Guiné!

As autoridades que os mandaram para lá, teem a impressão de que todos eles eram criminosos?

E não sentem remorsos de terem condenado á morte um só homem que esteja inocente?

Falam dos filhos dos policías que foram victimas dos atentados da Legião Vermelha. Vai para eles todo o meu respeito mas, se reclamamos que os homens que praticaram esses atentados sejam castigados, temos autoridade para exigir que a força publica não se queira equiparar na mesma categoria de assassinos.

Sei que os homens da Legião Vermelha, se collocaram fóra da lei, assassinando e matando mas não queiramos que a força publica se coloque igualmente fóra da lei, assassinando e matando.

Não reclamamos piedade para os homens que foram deportados, reclamamos apenas que se cumpra a lei e se faça justiça.

Peço que se castiguem os criminosos, mas reclamo tambem que não se matem inocentes.

Porque pedi esta interpelação.

Porque é indispensavel pôr termo a esta situação em que se encontram alguns homens

Podemos continuar com esta situação, deixando que todos eles morram, mercê do clima mortífero em que se encontram?

A sociedade vai assistir indefinidamente a esta situação?

A democracia hade assistir impassível ao atropelo das leis mais sagradas, quais sejam as da liberdade individual?

E' esta posição que eu quero que a Camara ponha perante o paiz.

### Considero desonrado o homem que bate num preso!

Sr. Presidente: ha um outro assunto para que desejo chamar a atenção da Camara e do Sr. Presidente do Ministerio. E' o que diz respeito aos presos sem culpa formada, depois do tempo que a lei marca. E' tambem para o caso bem triste e que foi verificado, de que nas prisões das esquadras de Lisboa, foram duramente chicoteados alguns dos presos (*apoiados da esquerda*).

Eu bem sei que tenho terminado a maior parte dessas incomunicabilidades, algumas das quaes duraram mais de 90 dias tendo já cessado os maus tratos de que esses presos foram victimas, as minhas palavras pouco podem remediar. Ninguem tirará do corpo dos pacientes os vergões das chicotadas, todavia, pode castigar-se quem as applicou.

Se ha coisas que fira mais a minha sensibilidade de homem e de politico, é saber que ha pessoas que são capazes de agredir um preso dentro da prisão. Talvez porque fui victima dessa violencia, porque sei quanto de-

prime e vera o preso, é que a minha sensibilidade mais e revolta e o meu protesto sobe mais clamoroso.

Considero desonrado um homem que bate num preso, (apoiados) O homem preso está confiado á guarda do carcereiro, e aquele que o agrije é um covarde (*apoiados*).

Sr. Presidente: sei que foram chicoteados dentro das esquadras presos, porque vi a camisa ensanguentada de um, porque senti as lagrimas virem-me aos olhos, e eu não sou pessoa que chore com facilidade.

Não pode permitir-se que continuem em Portugal taes processos inquisitoriaes. A continuarem taes processos, levantam a minha revolta á custa de todos os sacrificios.

Vivemos numa democracia. Como havemos de tolerar que dentro das prisões haja gente de tal fereza, que agrija, sem piedade, irmãos seus que não podem defender-se?

Sr. Presidente: tive então occasião tambem de dizer que um dos presos, de nome Domingos Pereira, cego e velho havia sido morto numa dessas embuscapas, porque o preso tinha tentado fugir.

Veja v. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente e veja a Camara que tola desculpa: um preso cego a fugir, e apanha um tiro no peito.

Dei conta á Camara desse crime e pedi, um inquerito.

Que é feito dele? Quem se preocupou com tal situação?

O que doe, é a impassibilidade com que vejo assistir a crimes desta natureza.

Diziam algures o deputado socialista alemão, Austerlitz, que a democracia é mais um estado de espirito do que um conjunto de instituições. Ha paizes que teem um conjunto de instituições absolutamente democraticas.

Veja-se a Alemanha Teve, na verdade, um conjunto de instituições inteiramente democraticas, mas a democracia continua a ser dentro da Alemanha uma utopia.

A monarchia é ainda uma religião, dentro da Alemanha.

Assim o expressaria o socialista, o camarada Austerlitz.

Se assim é, como afastados estamos todos, de uma democracia!

E' possível, em Portugal, serem deportados sem julgamento, homens criminosos, embora. E' possível, em Portugal, estarem presos sem culpa formada, mais de 90 dias, homens criminosos embora. E' possível, em Portugal, agredirem-se nas prisões, homens criminosos embora. E' possível, até, matar-se um preso em plena rua, e tudo isto faz-se sem que se applique o devido castigo aos criminosos, e sem que haja uma onda de revolta a levantar o povo portuguez.

Onde está o espirito democratico?

### «Discuta-se a lei do habeas-corpus»

Sr. Presidente, não fiz a interpelação, apenas, para repellar considerações que já tantas vezes tenho feito. Tenho outro fim, ao realizar essa interpelação. Quero que termine esta situação, e desejo procurar remedio, para aquilo que ainda remedio tem.

Estão deportados sem julgamento, muitos homens. Reclamo que esses homens sejam repatriados para serem julgados.

Não peço que sejam postos em liberdade; peço apenas que sejam julgados. Em nome da lei reclamo o seu julgamento. Estamos todos á mercê dos caprichos do primeiro ditador que queira arrancar-nos as liberdades. O que se passa hoje em Portugal não seria possível verificar-se na Inglaterra, no Seculo XIII.

E' necessario que a nossa democracia conquiste essas garantias mínimas de liberdade Que de uma vez para sempre ninguém possa estar á mercê dos caprichos de qualquer policia.

Para que isso se consiga ha apenas que seguir uma formula que não é minha, é de todos os republicanos!

# 3 MEZES DE VIDA

Uma comissão de republicanos vai organizar uma grande merenda democratica comemorando o 1.º trimestre da vida de «A Choldra»

É este o primeiro numero do terceiro mez da nossa vida.

Vamos pois a caminho dos nossos trez primeiros mezes de existencia, durante os quais *nunca* nos desviamos da senda traçada em prol da Democracia e da Republica.

Doutrinariamente, cremos estar levando a cabo uma acção e propaganda uteis e necessarias.

A Republica não tinha um semanario meio revista, meio panfleto, que estigmatizasse com desassombro e independencia os erros dos seus homens.

Nós viemos suprir essa falta.

Tecnicamente, jornalisticamente, *A Choldra* é bem feita — desculpem a imoestia; — como republicana, como democrata, *A Choldra* tem, nobre e alevantadamente, exercido a sua missão.

Sentimo-lo pelos aplausos constantes que recebemos. Sabemo-lo pelo constante aumentar de tiragem de numero para numero.

O Povo compreendeu-nos e acarinha-nos.

Contudo sempre temos fugido á lisonja e ao acarinhamento das más e desorientadas paixões.

O carinho do Povo sentimo-lo agora novamente; uma comissão de republicanos constituida por trez amigos, trez assinantes de *A Choldra* escreve-nos tomando a iniciativa de organizar uma grande merenda democratica comemorativa do primeiro trimestre da nossa vida.

*Arnaldo Pimentel  
Carlos de Araujo  
e Julio de Mesquita*

aos quais muito agradecemos, já encetaram os seus trabalhos para a organização de tão interessante e popular festa que vem reatar uma perdida tradição dos tempos da propaganda.

No nosso proximo numero publicamos o local e as condições de inscrição, podendo, desde já, afirmar que, durante a festa, tocarão duas bandas de musica e que, nela, usarão da palavra alguns dos mais brilhantes oradores republicanos. *Vão-se preparando, pois, para a grande festa.*

que vem sendo pregada desde os tempos da propaganda; que a Constituição prescreve nas suas disposições, que o proprio Governo indica no numero das promessas que fez no acto da sua apresentação ao Parlamento.

Essa formula é a lei do *habeas-corpus*.

Vamos, pois, a votar essa lei. (*Apotados.*)

Estabelecemos em bases solidas a defeza dos nossos direitos.

Eu não tenho o fetichismo da lei; não sou dos homens que acreditam na infalibilidade da lei, mas entendo que a lei é ainda uma garantia para os nossos direitos.

A lei é ainda o ultimo reducto para os perseguidos do Poder; é ainda a salvaguarda das nossas liberdades.

Sr. presidente; é em nome da lei que temos todos de falar.

Nas democracias ha apenas uma cousa que a todos nos nivela; é o respeito pela lei. Vamos, pois, discutir e votar a lei do *habeas-corpus*. Nestes termos mando para a Meza a seguinte moção:

*Leu.*

«Considerando que a «disciplina» da «legalidade» forçando o Estado a exercer a sua «soberania sem arbitrios» é a unica forma de differenciar a democracia do cesarismo

Considerando que a Constituição determina no artigo 3.º n.º 21.º que ninguém será sentenciado senão pela autoridade competente, por virtude de lei anterior e na forma por ella prescrita

Considerando que a deportação é uma pena que só pela au-

toridade competente — o juiz — e na forma prescrita pela lei — o julgamento — podia ser applicada;

Considerando que a Constituição, dando cumprimento ás promessas da propaganda republicana estabeleceu o principio do «Habeas Corpus» e determinou que uma lei especial regularia a extensão desta garantia e o seu processo, sem que até hoje tal lei tenha sido votada;

A Camara dos Deputados resolve;

1.º — Convidar o governo a mandar regressar a metropole todos os deprimidos sem julgamento, seja qual for a natureza do delicto de que sejam acusados, a fim de os fazer julgar na forma estabelecida pela lei vigente;

2.º — Proceder desde já á discussão da proposta de lei sobre o «Habeas Corpus», da iniciativa do antigo ministro da Justiça, dr. Pedro de Castro e já renovada na actual sessão legislativa.»

Sr. presidente; levantei o meu protesto contra as arbitrariedades cometidas! Sei bem que não posso remediar os erros e os crimes do passado, mas posso procurar prevenir o futuro.

Por isso eu peço á Camara que discuta a lei do *habeas-corpus*. Se conseguir isso, darei por bem empregadas todas as amarguras que tenho passado por causa deste debate. Tenho dito.

*Vozes:*— Muito bem.

O infinito não cabe n'um sarcofago de pedra. Ha mais Deus e mais revelação na sua livre duma borboleta ou no gorjeio alado duma cotovia que em muitos desses dogmas incompreensíveis e sinistros, bandada lobrega de morcegos, entre chocando-se ás escuras num pesadello tumular. — *Guerra Junquelro.*»

## O NOSSO INQUERITO

Perante a soma tremenda de vergonhas cometidas pelo governo contra a Republica; perante o perigo de uma ditadura militar; perante o triunfo da reacção; perante a possibilidade da anistia a Paiva Couceiro, qual o caminho que se deve seguir?

A destituição do actual governo é o caminho indicado pela maioria dos que respondem ao nosso inquerito

Eu sou leitor da «Choldra». E porque tenho por ela a simpatia que me merecem sempre os raros e desassombrados periódicos que, acima de tudo, sabem pôr sempre os sagrados interesses do público, da Liberdade e da Razão, não hesito em responder aos quesitos que ela nos põe, tanto mais que elles tendem a procurarremédio para os males terríveis que pairam sobre a minha Pátria.

Direi, pois, que, *perante a soma tremenda de vergonhas cometidas pelo governo contra a Republica*, entendendo ser necessária uma forte reacção de todos os republicanos, no sentido de se substituir esse governo por um outro composto por homens a quem se não possa atribuir a mínima responsabilidade nas *tremendas* poucas vergonhas que nestes mal-aventurados 16 anos de Republica se tem verificado. Quanto aos perigos *perante a ditadura militar ou do triunfo da reacção*, penso que uma vez sanado o grande perigo — o dos maus governos — aqueles sanar-se-ão, implicitamente, pois que elles são apenas as naturais consequências da má administração dos governos que para aí tem havido bem como da falta de republicanisação do povo a quem os próprios magnates do poder constantemente dão o exemplo de falsa democracia com os seus repetidos atropelos á Constituição e a todas as liberdades originaes do homem. Sobre a anistia a Paiva Couceiro e seus sequazes, devo dizer que, como democrata, concordo com ella; mas é necessário que esses homens se comprometam, sob palavra de honra, a não mais hostilizarem a Republica. Porque, ao contrário do que pensa o deputado Ramada Curto, esses exilados são elementos revolucionarios e jamais deixarão de perturbar a ordem interna do país desde que o momento lhes seja azado. Bem sabemos nós que o povo, por fim, lhes desbarata as hordas, restaurando a pureza constitucional; mas também sabemos — e é bom não esquecermos — que antes que a vitoria seja nossa (sempre tem isto acontecido) muitas victimas são feitas e multissimos cidadãos são trucidados ou cruelmente perseguidos. Haja em vista o que se passou no Porto desde 19 de Janeiro de 1919 a 13 de Fevereiro do mesmo ano! Sim. A Esquerda Democratica, como estrêna defensora da pura e sã Democracia, deve, em meu entender, votar o repatriamento desses homens, desde que a liberdade comum e a integridade do regime não periguem nem possam vir a perigar — devido a mais esse nobilitante e magnanimo acto da Republica. E este *desideratum* conseguir-se-á, entendo eu, applicando a formula que atraz deixo: o compromisso de honra.

Propositadamente deixei para agora a maneira como — a meu ver — se poderia liquidar os tres primeiros males que a «Choldra» nos revela. Pela substituição do governo, disse eu ha pouco. E essa substituição deve ser feita pela Esquerda Democratica junta com todos os elementos esquerdistas que acatem a Constituição.

Os meios a usar não se discutem...

Paras situações anómalas, empreguemos processos

anormais. Mas façamos isto o mais rapidamente possível porque o país, a prevalecer este estado de coisas que uma politica de *sobas* alimenta, de tal forma se depauperará que, depois, nem sequer terá forças para se levantar — quanto mais para correr a ponta-pés os miseraveis vendilhões da sua honra, da sua Pátria e da sua própria camisa. — PORTO, Costa Brochado.

\*

Se ha 3.000 republicanos, e ha mais, porque se não estabelece uma frente unica perante toda essa seita que leva a cabo uma tão ignominiosa traição!? (a) Joaquim Augusto Pais.

\*

Procurar um entendimento entre todos os homens que amam a Liberdade, desde os esquerdistas aos anarquistas e, pela acção de todos, derrubar essa porcaria que para aí se arrasta usurpando o titulo de democracia, e proclamar, de facto, uma autentica Republica popular. Façamos essa grande Revolução com o denodado esforço de todos os humildes, dos que trabalham e sofrem, dos que amam, defendem e sabem morrer pela Liberdade; mas que seja para elles a maior soma de beneficios. auxiliando-os na santa cruzada em que andam tão ardente quão justamente empenhados: a completa libertação humana.

\*

Não atraioemos os principios que hoje defendemos, sob pena de perdemos completa, definitiva e antecipadamente a Republica. Que o passado e o presente nos sirva de lição.—FUZETA, A. J. Barroso.

\*

Julgar esse Governo em Tribunal secreto; congregar todos os sargentos, baluartes fortes da Republica para evitar essa ditadura; que todos os liberaes, o Exercito e o Povo republicano, se unam como um só homem, e tomem o caminho do Parlamento e ali impunham em nome da Nação, o respeito pela Republica, e destituam dos seus logares os Deputados, falsos republicanos, que apoiam tamanhos crimes ás liberdades dos cidadãos—COIMBRA (n) J. L. Carvalho.

\*

Entendo que se deve dar armas ao Povo, porque só este *saberá* castigar aqueles que estão castigando e roubando o País torpemente—(a) Manuel da Silva.

## NO MUNDO DESPORTIVO

## Ainda o caso Veloso -- Os ultimos jogos do campeonato

Finalmente depois de ter sido largamente anunciado e adiado inumeras vezes, realisou-se o congresso da União Portuguesa de Foot-Ball.

Um dos pontos mais importantes a discutir nessa reunião era já o celebre caso Veloso, ou para melhor dizer, o roubo dos 30 contos, feito pelo delegado do Norte.

O congresso não correspondeu ao que dele se esperava e decorreu no meio da maior monotonia.

Não que entre os delegados não houvesse creaturas com intelligencia sufficiente para discutirem e esclarecerem todos os assuntos que deviam interessar a assembleia.

Mas devido aquelle aforismo de que não merece a pena a gente ralar-se...

Com este comodismo, a reunião dos delegados do organismo maximo do foot-bal, deu-nos mais a ideia de uma franca reunião de amigos, de que um congresso, de cuja efectivação se esperavam resultados correspondentes á sua importancia.

No meio de tantos delegados, só um soube falar e pôr a questão nos seus devidos termos, não com subterfugios, como a maioria queri, mas com clareza.

Foi esse delegado Candido de Oliveira, o que soube encarar o roubo praticado pelo Veloso.

Falou pouco, pois o falar em frases buriladas não quiere dizer que seja melhor.

Com clareza, aquelle delegado, poz a questão:

A direcção tinha plenos poderes para resolver o roubo praticado por um seu colega; e, se fosse necessario para poder reembolsar os 30 contos, entregava o caso á policia.

Não era preciso mais nada. Não são precisos dotes oratorios para explanar esta questão.

O resto dos assuntos tratados pelo congresso não merecem a pena a gente occupar-nos deles.

O «personalismo» e a « vaidade» imperavam em todas as suas discussões, de modo que se não obteve finalidade alguma, não chegando os delegados a pronunciar-se sobre a momentosa questão do «professionalismo».

Mas como se resolveu o assunto, que nós temos tratado por mais de uma vez, sem tibiezas, expondo aos nossos leitores as traquilernias pra-

ticadas pelos falsos dirigentes, estamos satisfeitos.

No passado domingo, apesar de se não efectuarem os ultimos jogos, já se apuraram dois teams campeões: o de 1ª categoria e o de 2ª.

O desafio Sporting-Belenenses era o que decidia qual seria o campeão.

Vencedores os Belenenses, esse simpatico grupo constituido pelos rapazes da «praia» como desdenhosamente o denominaram, apurou-se o campeão da epoca 1925 26.

Pela primeira vez, depois de cinco anos de luta consecutiva, os Belenenses conseguem triumphar na disputa do campeonato de Lisboa, facto pelo qual «A Choldra» os felicita.

Para este encontro, os «leões» prepararam-se com uma grande fé na vitoria.

O facto que colocou num nivel inferior o grupo do Campo Grande, foi o reaparecimento do defeza Joaquim Ferreira.

No mesmo dia que o valoroso grupo setubalense demonstrou ao publico de Lisboa, de uma forma clara e positiva, que só um unico objectivo os guia: a pratica do desporto para o desenvolvimento fisico e moral dos seus associados, o grupo do Campo Grande demonstrava ao mesmo publico quais os seus desejos: ganhar, fosse por que maneira fosse.

E para conseguir esse intento, foi haver um jogador, que, dias antes, pelo seu procedimento dentro das salas da propria sede, tentara agredir varios companheiros do team, depois de os ter insultado.

Não tem qualificação este tão mesquinho procedimento por parte dos dirigentes do grupo leonino.

Nas situações criticas é que se observa bem as qualidades dos dirigentes e as finalidades dos clubes.

E o jogo Sporting-Belenenses, veio-nos demonstrar os objectivos dos leões.

Vencidos no terreno do jogo, pois que moralmente já de antemão estavam derrotados, os «leões» não pareciam aqueles jogadores que nós nos habituámos a ver jogar com satisfação...

Neste encontro, o «az» dos arbitros, Ilidio Nogueira, viu pela primeira vez ofascado o seu prestigio...

O jogo Vitoria-Carcavelinhos, foi um daqueles desafios em que nós ficamos indocisos sem

## A CHOLDRA

saber quem censurar, se os jogadores, se o publico, se o arbitro.

Jogou-se foot-ball como no tempo em que nós jogavamos no campo de Entremuros: ou homem ou bola...

Um jogo assim, sem tecnica, não merece que dele nos ocupemos.

Registou-se um empate de 4 goals, como se poderia registar qualquer outro resultado.

No desafio Bomfica-União, o grupo vermelho conseguiu uma nitida victoria por 9 goals a 2, depois de ter desperdiçado inumeras occasões de eleviar este interessante score...

O grupo casapiano triunfou do clube de Pahlavã, pelo resultado de 2 goals a 1, que não correspondeu ao jogo desenvolvido, pois que os rapazes do Casa Pia mereciam uma mais nitida victoria.

Hoje, efectua-se os ultimos jogos do campeonato, para apuramento de classificação definitiva dos clubes...

«ANIBAL TORRES»

## O congresso geral da Esquerda Democratica

Devido ao grande numero de pedidos das comissões politicas da provincia para tomarem parte no congresso distrital que se devia realizar nos dias 27 e 28 do corrente, a Comissão Central da Esquerda Democratica resolveu transformar o congresso convocado, em congresso geral, adiando-o para os dias 24, 25 e 26 de Abril proximo.

Nessa assembleia magna serão discutidas as theses já annunciadas e a lei organica do partido-cuja redacção foi confiada ao sr. dr. Virgilio Sa, gue.

A inscriçãõ continua aberta na sêde da Comissão Central rua de Santo Antonio dos Capuchos 43 1.º, sendo o seu preço de 5\$00 por congressista.

Podem inscrever-se os antigos ministros, os antigos e actuais parlamentares, os antigos governadores civis, os antigos administradores de concelho, os membros das Juntas de freguezia, os vereadores, os vogais das comissões municipais e paroquiais, os directores dos centros e jornais, filiados na Esquerda Democratica.

## Papel impresso

Recebemos e agradecemos:

**Educação Social.** — Revista de pedagogia e sociologia N.º 3, referente a Março. Sumário: *Da Saude e Higiene do Professor* — Dr. Costa Sacadura; *Pelas Sociedades de Recreio* — J. Cardoso Gonçalves; *A Imprensa na Escola* — Alvaro V. de Lemos; *O processo experimental na Escola Primária* — Antonio Lima; *Factos & Documentos*.

**Renovação.** — Revista grafica, editada pela C. G. T. N.º 18. Sumário: *Os intelectuais e as ditaduras*, por Ferreira de Castro; *O apostolado de Lénine no exílio*, por Rocha Martins (cõm retratos); *A reacção religioso*, por Nogueira de Brito; *Um congresso abolicionista em Lisboa*, (com gravuras); *Homens e factos: Malatesta* (com gravuras); *As superstições em Portugal*, por Ladislau Batalha; *O céu, o espaço e o infinito* (com gravuras); *Gomes Leal*; *O mundo curioso*; *Actualidades: Ainda as festas comemorativas do 7.º anniversario de A Batalha*; *A greve ferroviária de Lourenço Marques*; *Um monumento á miséria humana*; *Capa*, de Rocha Vieira.

**Eco dos Sports.** — Recebemos esta interessante revista sportiva dirigida pelo nosso querido colega de imprensa Artur Inês. Com prazer registamos que esta publicação, mau grado ainda imperfeitamente executada pelo novo processo de heliocromia, se apresenta não só brilhantemente colaborada, como tambem com interessante aspecto grafico. O publico recebeu-a bem.

**Domingo Ilustrado.** — Este semanario illustrado cuja vida vem marcando no nosso jornalismo como uma interessante iniciativa, estabeleceu permuta comnosco. Agradecemos a gentileza.

**Jornal da Europa** — Acabam de sair os n.ºs 144 e 145 d'este antigo, patriótico e bem colaborado jornal que, já no seu sexto anno de existência, continua sendo um dos firmes traços de união espirital entre a metropole e os nossos irmãos d'Alem Mar.

## Mais um crime?

Entre os ministros e entre os parlamentares democraticos vem ha dias provocando grossa ceulema o anuncio de um grave acontecimento.

Os sr. Cunha Leal e Agatão Lança, não sabemos em obediencia a que criterio e intenção, fazem, neste momento, incidir todos os seus esforços no sentido de levar o Estado a transformar-se em participante do Banco Ultramarino, arruinado e á beira da falencia, que assim se veria salvo e poderia continuar a permitir que, enquanto se deminue o valor da nota colonial, o sr. Ulrich inaugure palacios sumptuosos!

Descordam, e com rasão, de tal intento, alguns ministros e parlamentares que prometem levar ao *maximo* a sua attitude de opposição.

Não sabemos ainda porquê, filia-se neste caso e na ameaça a in resses do Banco Ultramarino a verdadeira razão do anunciado *negocio* urgente do sr. Cunha Leal sobre a politica do sr. Azevedo Coutinho.

Porquê? Entretanto, bom é que o Povo olhe com atenção para o que se vai passar.